

Efeitos da “redescoberta das instituições” na sociologia política francesa

Igor Grill¹

DULONG, Delphine. **Sociologie des institutions politiques**. Paris: La Découverte, 2012. 124 p.

A chamada redescoberta das instituições políticas e a escalada das diferentes versões de neoinstitucionalismos (principalmente aqueles denominados de institucionalismo histórico, de institucionalismo da escolha racional e de institucionalismo sociológico) foram objetos de acalorados debates na Ciência Política americana. A cientista política francesa Delphine Dulong, professora e pesquisadora da Université Paris 1 (Panthéon – Sorbonne), em *Sociologie des institutions politiques*, assumiu a importante tarefa de situar em um livro (de forma sintética, panorâmica e didática, como é a proposta da coleção Repères, da editora La Découverte, pela qual foi lançado em 2012) as contribuições da sociologia política do seu país e suas interfaces com as aquisições das Ciências Sociais sobre a temática em outras tradições nacionais. Do mesmo modo, procurou evidenciar suas diferenciações com as múltiplas correntes de interpretação em voga que se lançam na tarefa de explicar as gêneses, as mudanças e as consolidações de instituições em regimes políticos variados.

Para a reflexão acerca do “estado da arte” nessa área de investigações, Dulong acionou, sobretudo, trabalhos dos principais expoentes de uma sociologia da institucionalização na França, realçando os ganhos da adoção de

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, Maranhão, Brasil. Coordena o Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). É autor de artigos publicados nas revistas *Sociologia & Política*, *Dados*, *Antropolítica*, *Revista de Ciências Sociais*, *Sociologias*, entre outras, do livro “Heranças políticas” no Rio Grande do Sul (2008) e organizador das coletâneas *Elites, profissionais e lideranças políticas* (2008) e *Eleições municipais no Maranhão* (2010) pela EDUFMA. E-mail: igorgrill@terra.com.br.

um viés simultaneamente construtivista, processual, disposicional e relacional. Fez valer ainda o acúmulo de pesquisas por ela realizadas, que cobrem desde a análise de modos de construção de aparatos institucionais e instrumentos de legitimação na Vª República, até formas de dominação e estratégias de subversão, especialmente nas relações de gênero, passando pelo exame de papéis prescritos/incorporados e lógicas de atuação dos atores em instituições políticas e judiciais francesas. Esse repertório de questões se coaduna, inclusive, com a estruturação do livro, que inicia com uma revisão bibliográfica sobre “institucionalismos antigos e contemporâneos” (capítulo 1) e prossegue explorando: as configurações originais e os processos de transformações das instituições (capítulo 2); os registros simbólicos que contribuem para a legitimidade que alcançam (capítulo 3); os recursos sociais intervenientes na forma como atores variados se relacionam com elas (capítulo 4); bem como os efeitos dos processos de institucionalização nas lógicas sociais e políticas mais amplas (capítulo 5).

As instituições políticas, em tal perspectiva, são observadas simultaneamente como motores e produtos das atividades sociais, logo como “coisas” estabilizadas ao longo do tempo que condicionam as ações dos indivíduos (seguindo as orientações da escola durkheimiana) e que são resultantes dos investimentos e das crenças dos agentes (inspirando-se no viés construtivista). Enfim, a autora grifa a dualidade intrínseca que alicerça o programa de pesquisas desenvolvido e aprimorado ao longo dos últimos quarenta anos por dezenas de pesquisadores franceses, influenciados pelo esquema analítico de Pierre Bourdieu e pelas reflexões de cientistas sociais, como Norbert Elias, Charles Tilly, Erving Goffman, entre outros, especialmente a partir da importação desses referenciais por politólogos franceses, como Jacques Lagroye, Michel Offerlé, Bernard Lacroix e Daniel Gaxie (para citar os expoentes da primeira geração).

Para a abordagem em tela, tal dualidade presente no processo de objetivação das instituições é exatamente a força motriz para a construção de objetos sociologicamente relevantes, que permitem formular questões cada vez mais instigantes e decifrar enigmas que desafiam os investigadores voltados para o estudo de fenômenos políticos díspares (invenções, estabilizações, usos, crises e reformas de instituições políticas). Assim, grandes questões de elevado potencial heurístico são mobilizadas e podem ser assim explicitadas: “Como as instituições podem ter uma ascendência sobre os atores quando elas são apenas

produtos de suas atividades?"; ou "Por que elas são percebidas como coisas anônimas se elas não existem fora das práticas que as fazem concretamente viver?"; ou ainda "Se elas existem apenas em atos, como fazem para sobreviver à morte ou à renovação daqueles que as encarnam?" (p. 7). Desse modo, servem fundamentalmente de matrizes para pensar universos de lutas e consensos, cuidadosamente recortados e laboriosamente descritos.

O livro, então, traz um balanço dos trabalhos realizados, principalmente na França, sobre instituições políticas, adotando duas escolhas: 1) pesquisas acerca de instituições formalmente codificadas; e 2) reflexões originadas da Ciência Política como campo disciplinar. Ressaltam-se, porém, três aspectos que justificam tais opções. Em primeiro lugar, o poder normativo dessas instituições, isto é, seus efeitos no sentido de classificação, nomeação e organização tanto de atividades como de grupos sociais, "estabelecendo hierarquias, fixando propriedades, atribuindo identidades sociais, etc." (p. 4). Em segundo lugar, a extensão que assumem, quer dizer, o poder que exercem sobre todos que vivem sobre seu território de jurisdição. Por fim, a vinculação que possuem com processos de seleção social e de monopolização de prerrogativas políticas. Não se pode deixar de mencionar, como justificativa da seleção, a visão disciplinar professada por ela e compartilhada por grande parte dos seus interlocutores naquela configuração nacional, de acordo com a qual a disciplina Ciência Política está "situada no entrecruzamento de várias disciplinas (sociologia, história, filosofia, economia, antropologia) e contribui assim [...] para a circulação de ideias" (p. 6).

A autora desenvolve, pois, a exposição de uma rica gama de enquetes e autores, a partir de cinco eixos que estruturam os capítulos do livro. Preliminarmente, sobre "a renovação da análise institucional" (capítulo 1), são esboçadas as especificidades do enfoque empregado no exame das instituições políticas entre uma parcela dos cientistas políticos franceses, elencando os fatores acadêmicos que condicionaram a renovação da análise institucional nos Estados Unidos e na França. Conforme Dulong, neste último país, a ruptura fundamental estabelecida foi com o Direito (estudo de textos jurídicos e versões de constitucionalismos), contribuindo para a institucionalização da própria disciplina Ciência Política. A autora chama a atenção, também, para a maior sociologização do olhar (razão evidente da denominação comumente utilizada para a escola: sociologia política), especialmente a ênfase dada aos

mecanismos de dominação e às estratégias sociais (no sentido bourdieusiano), o que teria, por sua vez, contribuído para o emprego de técnicas de objetivação da composição social de determinados domínios, o foco na cristalização de esquemas práticos e categorias mentais no âmbito das instituições e a tendência para uma mirada minuciosa sobre os efeitos simbólicos das instituições sobre a ordem social.

A utilização da noção de “co-construção” para pensar os vínculos entre atores (empreendedores) e instituições (objetivadas) permite descortinar as forças que garantem tanto a permanência (reprodução) como a transformação (reformas) desses artefatos instituídos. Com efeito, discutindo “a instituição do político: gênese e mudança de regime”, Dulong evidencia as formas como as diferentes correntes de investigação procuram explicar os movimentos de continuidades e de transformações (capítulo 2). Rejeitando, uma a uma, as alternativas teleológicas, instrumentalistas e a-históricas, Dulong tenta mostrar, por um lado, a eficácia de apreender os investimentos dos atores (não necessariamente calculados ou planejados), as lutas que travam e a divisão do trabalho de dominação política que estabelecem como faces dos processos sociais que originam as instituições. A autora enfatiza que os jogadores não são dominados por nenhuma das partes, tampouco seus desfechos são conhecidos pelos participantes (como propõe Norbert Elias). Por outro lado, sublinha que eles compartilham e estão submetidos a representações comuns que pautam suas ações (alianças, concorrências, usos e disputas por sentidos).

Retomando igualmente pesquisas sobre os momentos de crise ou de desetorização (como as desenvolvidas por Michel Dobry) ou de alterações institucionais gestadas e oficializadas em longa duração (como as empreendidas por Brigitte Gaïti), a autora reflete sobre as dimensões sociais que podem ser mobilizadas na compreensão seja da objetivação, seja da transformação de estruturais sociais e mentais. Neste caso, a ênfase recai sobre a importância de direcionar a atenção às lutas sociais e políticas que se encontram sob uma fachada institucional estável, uma vez que o processo de institucionalização bem-sucedido comporta embates pela definição legítima da própria instituição. Em outra rota, cumpre perceber o que faz da “instituição” algo “coerente, funcional e relativamente imutável” (p. 44), ou seja, atentar para as representações coletivas como parte da “realidade social” e como fator de estruturação e delimitação do campo dos possíveis.

Por conseguinte, para transpor os efeitos de substancialização que se impõem, é imperativo considerar todo o simbolismo que reveste as relações de

poder enquistadas nas instituições. Considerar “a instituição em representação” (capítulo 3) implica, pois, reconstituir tanto a dimensão das práticas como a dimensão das crenças que justificam as práticas. Dessa forma, a partir das contribuições de diferentes cientistas sociais, Dulong sistematiza três tipos de registros que ligam ações/práticas e representações/crenças: o de continuidade, o de legalidade e o de sacralidade. Por meio desses registros se produz, seguindo a autora, um efeito de amnésia que se traduz na percepção daquilo que é transitório e mutável como perene, por meio de monumentos, códigos, linguagens etc.; do que é contingencial e arbitrário como regra jurídica legítima (impessoal, universal e anônima); e do que é produto do trabalho de invenção de agentes empreendedores, com interesses e justificações (com suas contradições e ambivalências) como “verdade essencial” e “forma natural”, logo inelutável, da vida em sociedade.

A operacionalização desse tipo de estudos exige, então, que sejam considerados os papéis prescritos pelas instituições a partir da dupla função de condição e de instrumento para a atuação dos agentes, que se vincula à flexível imposição (maneável pelos atores) ou à relativa coerção (variada segundo o grau de institucionalização) que exercem. Logo, a trilha a ser seguida para o entendimento das lógicas de internalização das instituições, da “incorporação das instituições” (capítulo 4), passa pela caracterização das propriedades das instituições (suas histórias objetivadas em regras e mecanismos), das propriedades dos agentes (recursos, competências e trunfos) e das propriedades das situações (os quadros de interação).

As dimensões de investigação propostas ao longo do texto, ancoradas em extensa bibliografia (um dos grandes méritos do livro, é bom destacar), tornam, dessa forma, o esquema analítico convergente com a pauta contemporânea das Ciências Sociais e os desafios epistemológicos enfrentados. A autora sustenta na introdução que

estudar as instituições [...] é se colocar na intersecção de dois níveis de análise [...] – o nível microssociológico do indivíduo e o nível macrossociológico da sociedade. [...]. A análise das instituições mostra que se trata de uma relação interativa entre o produto (a instituição) e o produtor (o ator). (p. 8).

Mais especificamente, de um lado: “[...] a criação de uma instituição engendra inevitavelmente a produção de representações coletivas e de um corpo de conhecimentos sobre a instituição mais ou menos independentes dos seus fundadores. A instituição, por isso, tende a se autonomizar dos atores”. De

outro lado, “sua ascendência sobre aqueles que a fazem existir é condicionada e sempre relativa, de maneira que a instituição é, de fato, sem cessar retrabalhada tanto do interior como do exterior” (p. 8).

No entanto, para o pesquisador da política, outro aspecto que deve ser salientado a respeito da contribuição do livro e do modelo de análise proposto diz respeito aos “efeitos políticos e sociais das instituições políticas” (capítulo 5). Ou seja, é preciso pensar nas formas como as instituições políticas podem estruturar o funcionamento do campo político e delimitar o espaço do possível e do pensável nessa esfera. Dulong aponta, mais uma vez embasada em contundente revisão de literatura, como as dinâmicas institucionais promovem recursos materiais e simbólicos, bases cognitivas (informações, convenções, tipificações, conhecimentos, repertórios etc.) e categorias de entendimento e de lutas (sistemas de classificação mais ou menos codificados que circunscrevem grupos, identidades, hierarquias, fronteiras sociais etc.). Auxiliam, portanto, a produzir consensos sobre os sentidos da ação política, sobre a superfície de alianças possíveis, sobre as lógicas de concorrência e sobre os móveis das disputas.

No que concerne particularmente à Ciência Política brasileira (em geral, mais atualizada com a produção norte-americana), os desdobramentos apresentados no livro poderiam despertar o interesse mais sistemático por agentes de “carne e osso” (propriedades sociais) e seus empreendimentos concretos com vistas à invenção e à modificação das instituições políticas. Ou seja, podem contribuir para a inclusão nas agendas de pesquisa de dimensões que permitam verificar, por exemplo, que “instituições democráticas” são tributárias de estratégias nem sempre conscientes de agentes em luta, assim como do trabalho de importação de modelos ocidentais que justificam movimentos de edificação e de reformas das mesmas.

Porém, o uso do referencial de análise da sociologia política resgatada por Delphine Dulong não deve deixar de levar em conta as particularidades nacionais, notadamente no que concerne ao baixo grau de institucionalização presente em grande parte dos universos de pesquisa em situações “periféricas”, e, como consequência, o peso de recursos personificados (que não dependem da investida institucional) e das relações pessoais, de patronagem, de clientelismo, de amizades etc. Também, deve exigir, além das necessárias precauções na transposição de esquemas analíticos que não são transculturais e transnacionais, a mobilização de outros referenciais para nuançar as interpretações.